



Procuradoria Jurídico-administrativa

EXPOSIÇÃO JUSTIFICATIVA

Egrégia Câmara,

Estamos encaminhando para apreciação dos Nobres Edis projeto de lei que dispõe sobre o "Plano Plurianual do Município de Piracicaba para o período de 2018 a 2021 e dá outras providências".

Preliminarmente, importante esclarecer que o presente projeto visa atender ao disposto no inciso III, do art. 1º – Das Disposições Transitórias, da Lei Orgânica do Município de Piracicaba, sendo elaborado em consonância com os dispositivos legais constantes desta Lei Orgânica, do art. 165 da Constituição Federal, do art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Federal nº 4.320//64.

Ademais, visando subsidiar a análise de seu conteúdo e a compreensão dos elementos que nortearam sua elaboração, passamos a expor o que segue:

DIAGNÓSTICO E OBJETIVOS

O Plano Plurianual é a ferramenta mais importante de gestão dentro da Administração Pública e define a orientação estratégica do governo, suas metas e prioridades para o período e organiza as ações em programas, com metas físicas e financeiras. Os programas conjugam ações para atender a um problema ou a uma demanda da população.

Piracicaba avançou muito no início do século XXI com bom desempenho na economia, no desenvolvimento e implantação de políticas públicas, na sustentabilidade ambiental e na consolidação de sua infraestrutura, ações necessárias à sua transformação em um município que oferece boa qualidade de vida.

A rede pública de equipamentos sociais do Município é composta por Postos de Saúde da Família, Unidades Básicas de Saúde, Centros de Especialidade Médicas, Unidades de Pronto Atendimento, Farmácias Municipais, SAMU, escolas de Educação Infantil e Fundamental, Centros de Referência de Assistência Social, Centros de Atendimento Sócio Educativos, Centro de Atendimento ao Idoso, Centros de Artes e Ofícios, Centros Culturais Regionais, Teatros, Complexo Cultural Esportivo Estação da Paulista, Engenho Central, Casa do Povoador, Museu Prudente de Moraes, Museu da Água, Casarão do Turismo, Parque da Rua do Porto, Paraíso da Criança, Zoológico, Aquário, Campos de Futebol Amador, Ginásios Esportivos Regionais, Academias ao Ar Livre, Centros de Lazer e Parquinhos Infantis, Parque do Mirante e Parques Regionais, Elevador Panorâmico, Centros Comunitários e Varejões, dentre outros que prestam serviços de qualidade à sociedade piracicabana.

É preciso completar e fortalecer as redes sociais onde há demanda e atender melhor, com mais rapidez e eficiência, tornando a vida dos cidadãos mais tranquila e com melhor qualidade.

Na última década, a população de Piracicaba cresceu num ritmo mais lento, com diminuição na proporção de jovens e consequente aumento na de idosos. Os diversos programas públicos nas áreas sociais de educação e saúde proporcionam bom atendimento aos nossos jovens, mas precisamos também voltar nossas atenções aos idosos, implantando novas políticas públicas de forma a proporcionar melhor qualidade de vida àqueles que tanto contribuíram para o crescimento e desenvolvimento da cidade.

A Prefeitura irá manter os serviços públicos de limpeza, iluminação, manutenção de praças e jardins, sinalização das vias públicas com recapeamento e operação tapa buraco, abastecimento de água e coleta de esgoto e, sobretudo, atendendo bem ao cidadão e contribuinte.





Procuradoria Jurídico-administrativa

Essa deve ser a preocupação central da administração municipal, mantendo um bom sistema de arrecadação de taxas, impostos e contribuições para que a oferta de seus serviços sempre se aprimore, evitando desperdício de recursos e ampliando sua eficiência na sua prestação de serviços.

Como saúde e educação são prioridades de qualquer administração, consumindo a maior parte da arrecadação, a Administração Municipal não deixará de investir em outras áreas também prioritárias como: sistema viário; mobilidade urbana; infraestrutura urbana; saneamento e o meio ambiente; habitação, regularização de loteamentos e áreas de habitação precárias; cultura; esporte e lazer; turismo; auxílio à segurança da população e promoção social. As melhorias desses programas e serviços vão contribuir para ampliar a qualidade de vida da população.

A preocupação com desenvolvimento econômico sustentável, geração de renda e de tributos será permanentemente tratada através de articulações com a sociedade civil e com os governos estadual e federal para a criação de ambientes favoráveis aos novos investimentos públicos e privados com a utilização de áreas industriais, de comércio e de serviços previstas no Plano Diretor, propiciando a geração de novos empregos, principalmente para população mais jovem que procura o primeiro emprego. Todas essas questões estão diretamente relacionadas com o previsto na Agenda 21.

Finalmente, é necessário destacar que, tanto o que já foi realizado como o que se pretende realizar, somente foi e será possível com o apoio e participação permanente da sociedade e do esforço e engajamento dos servidores públicos, que continuarão sendo valorizados por seu compromisso com a sociedade. A máquina pública também deverá continuar sendo aprimorada e modernizada para aumentar a sua eficiência e a qualidade dos serviços prestados.

PARÂMETROS MACROECONÔMICOS

Na elaboração do presente Plano Plurianual, foram considerados os recentes cenários divulgados para a economia para 2018, 2019, 2020 e 2021 que se refletem nas estimativas da receita do Município pela projeção das expectativas de crescimento da economia brasileira, sendo que, em alguns casos, foram utilizados índices diferenciados, maiores ou menores, conforme as peculiaridades de cada receita estudada.

Apesar das particularidades, procurou-se obedecer aos parâmetros adotados pelo Banco Central do Brasil, o qual estima que o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, a inflação média, segundo o IPCA, será de:

	2018	2019	2020	2021
IPCA (IBGE)	4,40	4,33	4,29	4,20
PIB	2,46	2,58	2,54	2,57

No âmbito municipal trabalhou-se com as projeções macroeconômicas acima citadas, com valores previstos de receitas e despesas da LOA 2017 e suas adequações perante a presente conjuntura econômica, revisões e suas respectivas projeções para 2018, 2019, 2020 e 2021.

Tanto as projeções de crescimento e expectativas de inflação, quanto os valores estimados para as receitas e as despesas serão revistas anualmente por ocasião da elaboração das respectivas LDO e LOA.





Procuradoria Jurídico-administrativa

ESTIMATIVAS DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

O total das Receitas Orçamentárias do Plano Plurianual, para o período de 2018 a 2021, composto pelas projeções dos órgãos da Administração Direta (Câmara Municipal, a Procuradoria Geral, a Guarda Civil e as Secretarias Municipais), representa R\$ 5.831.883.000,00 (cinco bilhões, oitocentos e trinta e um milhões e oitocentos e oitenta e três mil reais).

Já na Administração Indireta estão incluídos o Serviço Municipal de Água e Esgoto, a Fundação Municipal de Ensino, o Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba, o Instituto de Previdência e Assistência Social dos Funcionários Municipais e a Empresa Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Piracicaba, as receitas orçamentárias representam R\$ 1.487.317.130,00 (um bilhão, quatrocentos e oitenta e sete milhões e trezentos e dezessete mil e cento e trinta reais) para o mesmo período.

O Orçamento Global para o período de quatro anos totaliza R\$ 7.319.150.130,00 (sete bilhões, trezentos e dezenove milhões, cento e cinquenta mil e cento e trinta reais).

SITE PPA PIRACICABA - CONCLUSÃO

O site PPA Piracicaba teve como objetivo central fomentar e ampliar a participação popular na formulação de políticas públicas e nas diretrizes do plano de governo.

Durante o mês de março, juntamente com as reuniões do OP a população foi instruída sobre o conceito do PPA. As cinco regiões do município puderam tirar suas dúvidas e discutir presencialmente sobre as necessidades de suas comunidades e também do município.

As sugestões enviadas pela internet possibilitou ouvir a população de forma abrangente, pudemos compreender as preocupações de algumas comunidades e os pontos frágeis e inseguros de alguns bairros que carecem de intervenções específicas e investimentos contínuos do Poder Público.

As propostas vieram de 119 bairros diferentes, representando tanto as regiões centrais como os bairros periféricos, 504 propostas vieram de entidades e comunidades representativas e 663 propostas foram feitas pelos cidadãos de forma autônoma. Tivemos a participação de todas as faixas etárias, desde jovens com menos de 20 anos até idosos de 90 anos.

Na análise de todas as propostas encaminhadas, podemos concluir que a estrutura do PPA que atualmente nos guia, requer pouca adequação, vez que atende, em termos estruturais, as demandas da plataforma de governo e os anseios elencados pela sociedade, necessitando porém de revisão quanto ao dimensionamento físico-financeiro de suas ações.

Há que se registrar também, que muitas das solicitações dependerão fundamentalmente de outras fontes de recursos suplementares às disponíveis no tesouro municipal.

Diretrizes Prioritárias para as ações do PPA Piracicaba 2018-2021

- Atenção à saúde mental de crianças, jovens e adultos;
- Proteção à criança e adolescente e grupos vulneráveis em situação de risco e com necessidades especiais;
- Desenvolvimento habitacional;
- Rondas intensivas e monitoramento por câmeras;





Procuradoria Jurídico-administrativa

- Equipamentos esportivos para trabalho social com a comunidade, principalmente crianças e adolescentes;
- Tratamento de esgoto;
- Implantação de equipamentos de lazer com academias ao ar livre;
- Melhoria da qualidade do asfalto da cidade;
- Ações preventivas a enchentes e alagamentos;
- Infraestrutura e revitalização de bairros;
- Alterações e melhorias viárias no sistema de trânsito do município;
- Modernização no sistema de transporte público.
- Dinamização cultural e educativa com ênfase valorização e preservação da cultura negra;
- Atenção e proteção à mulher Vítima de violência;

As propostas foram distribuídas da seguinte forma:

Proposta por Tema	Nº de Propostas
Outros	353
Educação e Cultura	298
Saúde	95
Promoção Social	79
Infraestrutura Urbana	78
Segurança	71
Mobilidade Urbana	60
Saneamento e Meio Ambiente - Áreas Verdes	42
Esporte, Lazer e Turismo	40
Transparência e Participação Popular	14
Projetos Especiais	6
Conjuntura Econômica, Gestão e Austeridade	6
Atender Bem ao Cidadão	6
Programa de Re gularização de Áreas	5
Geração de Emprego e Renda	5
Habitação	4
Desenvolvimento Econômico	3
Investimentos Sociais com Incentivos Fiscais	1
Defesa dos Animais	1
TOTAL	1167





Procuradoria Jurídico-administrativa

Proposta por Objetivo	Nº de Propostas	
Outros	481	
Viabilizar a Fábrica da Cultura	143	
Dinamizar a Movimentação Cultural	127	
Melhorar as Instalações e o Atendimento nas Unidades de Saúde	58	
Ampliar a Presença da Guarda nos Bairros	48	
Dremagem de Vias Públicas	36	
Aprimorar Ações Voltadas as Pessoas com Necessidades Especiais	36	
Aprimorar Ações Desenvolvidas nos Equipamentos Sociais Existentes	36	
Implantar Espaços Esportivos	29	
Intervenções no Sistema Viário	25	
Instalar PSF e UBS em Prédios Próprios	24	
Pavimentação	21	
Implantar áreas de Lazer	21	
Melhorar o Sistema de Transporte Coletivo	16	
Incentivar o Deslocamento Alternativo	13	
Recapeamento	13	
Ampliar o Monitoramento Eletrônico	12	
Promover a Qualifição de Mão-de-obra	6	
Promover Eventos Esportivos e de Lazer	6	
Viabilizar Habitações de Interesse Social	3	
Revitalização da Praça José Bonifácio	3	
Expandir Cursos Profissionalizantes	2	
Revitalizar Equipamentos Turísiticos	2	
Comemoração dos 250 Anos de Piracicaba	2	
Urbanizar e Reurbanizar Favelas	1	
Antender as Famílias que Residem em Áreas de Risco	1	
Ampliar a Denominação de Vias Públicas	1	
Revitalização de Áreas Comerciais	1	
TOTAL	1167	

Proposta por Secretaria	Nº de Propostas
SECRETARIA MUNICIPAL DE ACAO CULTURAL	308
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	186
SECRETARIA MUNINCIPAL DESENVOLVIMENTO SOCIAL	143
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	116
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	95
SECRETARIA MUNICIPAL DEFESA MEIO AMBIENTE	82
GUARDA CIVIL	66
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTE	54
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	25
SECRETARIA MUN.ESPORTES, LAZER E ATIV. MOTORAS	23
SECRETARIA MUN.AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	19
Outros	50
TOTAL	1167





Procuradoria Jurídico-administrativa

DIAGNÓSTICO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

<u>01 – LEGISLATIVA</u>

A função legislativa, em termos orçamentários, representa o maior nível de agregação das ações típicas da Câmara de Vereadores de Piracicaba. Nesta direção foram estabelecidos os seguintes programas para o exercício 2018-2021:

- Manutenção e funcionamento da Câmara de Vereadores: dispor a Câmara de Vereadores de Piracicaba de recursos para a manutenção e funcionamento de suas atividades legislativas e de apoio, tais como: despesas com pessoal e encargos, comunicação social, transportes, administração, gestão orçamentária e financeira, jurídica e de manutenção geral.
- Criação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes da Câmara de Vereadores: assegurar e preservar a saúde e integridade física dos servidores e vereadores da Casa de Leis de Piracicaba através de ações de prevenção de acidentes e doenças no trabalho.
- Escola do Legislativo da Câmara de Vereadores de Piracicaba: criada pelo Decreto nº 63/14, tem por objetivo a realização de ações voltadas à educação para a cidadania, difusão cultural, capacitação de agentes políticos e lideranças comunitárias, capacitação e atualização de corpo técnico, servidores e vereadores.
- Novas Instalações e Novos Imobilizados: fornecer melhores condições estruturais e funcionais de trabalho, possibilitando uma melhor prestação de serviços aos cidadãos e oferecendo melhores e modernas formas de acompanhamento e desenvolvimento do processo legislativo.
- Readaptação e Reforma dos Imóveis de Uso da Câmara de Vereadores: executar a reforma e readaptação dos imóveis de uso da Câmara de Vereadores de Piracicaba garantindo melhores condições de trabalho aos servidores e vereadores e acessibilidade à população.
- Qualificação e Capacitação de Servidores e Vereadores: promover a qualificação e capacitação de servidores e vereadores através de treinamento, aperfeiçoamento e especialização de seus conhecimentos visando melhor desenvolvimento do processo legislativo e prestação de serviços aos cidadãos.
- Sentenças judiciais: realizar possíveis pagamentos de sentenças judiciais expedidas pelo Poder Judiciário à Câmara de Vereadores de Piracicaba.
- Reserva de Contingência: reservar recursos a Câmara de Vereadores de Piracicaba visando cobrir eventuais riscos fiscais, bem como o repasse de aporte financeiro ao IPASP, conforme Lei Complementar n.º 219/2008, visando cobrir possíveis insuficiências para garantir o pagamento de aposentadorias e pensões dos servidores do Legislativo.

Importante ressaltar que a proposta do PPA foi feitas em conformidade com os Limites da Constituição Federal, Lei Orgânica do Município e com o art. 2º do Regimento Interno do Legislativo, onde consta que a Câmara tem funções legislativas, exercendo atribuições de fiscalização externa, financeira, orçamentária e patrimonial de controle e assessoramento dos Atos do Executivo, e de julgamento político administrativo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.

Destacando, ainda, que na elaboração das Ações, Projetos e Metas físicas e fiscais, o Legislativo buscou representar as principais necessidades para a manutenção, desenvolvimentos de projetos e principalmente as ações que visam atender a estrutura necessária para o bom desenvolvimento dos







trabalhos por parte dos nobres Edis e da equipe de funcionários, para prestação de servicos aos cidadãos de forma satisfatória. Garantindo também a preservação dos vencimentos dos salários dos aposentados e pensionistas quando se contempla os aportes financeiros ao IPASP.

04 – ADMINISTRAÇÃO

A prioridade administrativa da Prefeitura é promover a eficácia no atendimento aos cidadãos, valorizar os servidores e melhorar as condições de sua estrutura física, quer imobiliária como na gestão da informação. Dessa forma concentramos o Plano Estratégico em quatro macros pontos de gestão:

Atendimento aos cidadãos

Como inserido no texto, "a Prefeitura precisa funcionar cada vez melhor, com mais rapidez e atendendo aos cidadãos com eficácia" vamos realizar um projeto de Desenvolvimento Comportamental que prioritariamente, tem como objetivo capacitar os servidores, notadamente atendentes, recepcionistas e telefonistas, para melhorar e garantir um excelente padrão de qualidade no atendimento ao cidadão. Como também previsto no Plano de Governo "a Prefeitura precisa ser mais rápida e eficiente no atendimento nas respostas à população".

Valorização do quadro de servidores

Nesse projeto de Desenvolvimento Comportamental visamos também melhorar e transformar o ambiente de trabalho, desenvolvendo novas habilidades e potencialidades para aumentar produtividade e eficácia no serviço prestado. Despertar o espirito de equipe e de colaboração nos relacionamentos interpessoais. Romper antigos paradigmas, estimulando as chefias e seus subordinados à prática e experimentação de novas soluções que certamente contribuirá para a motivação e interesse pelo trabalho e suas atribuições. Essa busca por melhoria contínua será constantemente acompanhada por novos critérios de avaliação de desempenho desatrelados do atual sistema aplicado somente durante estágio probatório, mas aplicados de forma constante.

Adequação de estruturas físicas

Estaremos voltados também às necessárias melhorias das instalações físicas já inadequadas ou desgastadas. Dar prioridade à conquista do AVCB do prédio do Centro Cívico, pelo alto risco de embargo. Solucionar problemas de goteira e infiltração de água em vários setores. Eliminar condições de insegurança pela implantação de controle de acesso por catracas e guichês de atendimento em ambos pavimentos térreos e monitorar por câmeras todo o entorno. Também serão adotadas medidas para eliminar problemas estruturais nos prédios que abrigam a Perícia Médica, Arquivo e Patrimônio.

Gestão da informação

Vamos incrementar a aquisição e o uso de instrumentos de Tecnologia da Informação para atender e dar rápido retorno aos cidadãos às suas demandas por informação, disponibilizando on line o acesso a todas as secretarias que atendem ao público.

Para tanto nosso plano prevê investimentos para a conectividade entre todos os próprios municipais através de melhorias da atual infraestrutura do CI, aumentando a capacidade do "storage", aquisição de novos servidores de virtualização, atualização do Sistema Operacional e de Banco de Dados SQL Server, desenvolvimento dos servidores do CI, entre outras ações.





Procuradoria Jurídico-administrativa

É evidente que junto aos objetivos estratégicos estão mantidos os programas de rotina que continuam a compor as atividades desta Secretaria mediante contratos devidamente formalizados.

06 - SEGURANCA

A segurança pública é um tema de grande relevância para a população e o município tem importante papel a desempenhar nesta área, com maior ênfase na prevenção buscando a redução da violência e da criminalidade, desenvolvendo estratégias de intervenções dos problemas mais prioritários e um trabalho em harmonia da Guarda Civil de Piracicaba com as forças policias que atuam na segurança pública no Município, sendo a Policia Militar, Policia Civil e Policia Federal.

A adequação das políticas municipais de segurança pública em sintonia com o Plano Nacional de Segurança Pública, mantendo estreita relação com o governo federal para assegurar projetos de modernização, aparelhamento e capacitação por meio de convênios.

A Administração Pública, por meio da Guarda Civil Municipal buscará a constante modernização de sua estrutura e capacitação de seus agentes, procurando contribuir para a redução de furto, roubos, trafico de drogas e furto de veículos, dando ênfase à instalação e ampliação de sistema eletrônico de monitoramento, com instalações previamente analisados em pontos estratégicos e com altos índices de vulnerabilidade, buscando prevenir e reduzir a criminalidade.

A Guarda Civil tendo como base a hierarquia e disciplina sempre norteará seus procedimentos com respeito à dignidade humana, ética e construção da cidadania, tendo como principais diretrizes e metas dentro do Plano Plurianual:

- Prevenção primária, com equipes capacitadas do Pelotão Escolar da Guarda Civil em programa do GCEP "Guarda Civil-Educação é Prevenção", buscando a prevenção ao uso e abuso de substâncias químicas, regras e rotinas de convivência (bullying), desenvolvimento das habilidades dos pais em apoiar os filhos, sendo o programa aplicado por meio de aulas para os alunos, reuniões com os pais e comunidade escolar.
- Ampliação da Patrulha Maria da Penha, com infraestrutura e equipamentos cedidos por meio de Convênios com o Ministério da Justiça e com o Município, objetivando a redução dos índices de violência contra a mulher.
- Continuidade da ampliação e manutenção do sistema Eletrônico de Monitoramento;
- Ampliação e modernização da infraestrutura da corporação;
- Contratação de mais homens e mulheres dentro dos limites previstos lei;
- Aquisição de novos veículos para recomposição e aumento da frota;
- Aquisição de novas armas e coletes;
- Ampliação da Ronda escolar nas escolas públicas e particulares;
- Aquisição de armas não letais;
- Instalação de Estande de Tiro com área para treinamento;
- Constante renovação e ampliação de sistema digital de comunicação;
- Atuação com bases móveis no patrulhamento comunitário nos bairros;
- Ampliação das áreas de policiamento comunitário nos bairros e locais com maior índice de violência contra a mulher;





Procuradoria Jurídico-administrativa

- Agilização dos serviços de atendimento por telefone em conjunto com o sistema de GPS, para reduzir o tempo de atendimento das viaturas policiais nos locais de ocorrências, sendo da área urbana ou rural, bem como o controle sobre as mesmas;
- Modernização da Defesa Civil;
- Valorização do profissional guarda civil, com adequação das legislações federais ao estatuto da Guarda Civil do Município de Piracicaba.
- Programa continuado de qualificação e requalificação do efetivo, com base no respeito a
 dignidade humana, construção da cidadania, cumprimento da grade curricular da SENASP –
 Secretária Nacional de Segurança Pública, Estatuto do Desarmamento e demais legislações
 que norteiam a atuação da GCMP.

08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social como direito à proteção social, no sistema de Seguridade Social, tem duplo efeito: o de suprir, sob dado padrão pré-definido, e o de desenvolver capacidades para maior autonomia. Nesse sentido, ela é aliada do desenvolvimento humano e social e não tuteladora. Esse desenvolvimento depende da capacidade de acesso da família aos bens e recursos, pressupondo um incremento destas capacidades. A reorganização de uma rede de serviços e proteção, aliada às políticas de transferência de renda, contribuem para a redistribuição dos acessos a bens e serviços, cumprindo os objetivos da Assistência Social.

Para cumprir os seus objetivos e seguindo os princípios e diretrizes da LOAS, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) reorganiza os serviços, programas, projetos e benefícios de acordo com as funções que desempenham, o universo de pessoas que deles necessitam e sua complexidade. São estabelecidos padrões de serviços, que devem ser difundidos e assimilados, progressivamente, nas ações de Assistência Social, sob diversos aspectos: os eixos de atuação, a nomenclatura dos equipamentos, a qualidade dos atendimentos, os indicadores de avaliação e resultados.

A Proteção Social Básica prevê o desenvolvimento de serviços locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos. Os benefícios, tanto de prestação continuada, como os eventuais, integram a proteção social básica e devem ser articulados aos demais programas e serviços ofertados no âmbito do SUAS.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social registrou, em 2016, aproximadamente 330.000 atendimentos, atingindo cerca de 33.000 pessoas nos programas, projetos e serviços executados de forma direta e indireta pela rede socioassistencial, com ações socioeducativas, orientações, acesso a outras políticas, incentivo ao protagonismo e autonomia financeira, acesso a benefícios sociais e eventuais, entre outras ações pertinentes à Proteção Social Básica.

Serviços da Proteção Social Básica

• Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF

Consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida.





Procuradoria Jurídico-administrativa

Os sete Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, realizaram por meio do Serviço de

Os sete Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, realizaram por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – Paif, o acompanhamento de 4800 pessoas, realizando em média 27.000 atendimentos.

• Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Para crianças até 6 anos: Tem por foco o desenvolvimento de atividades com crianças, familiares e comunidade, para fortalecer vínculos e prevenir ocorrência de situações de exclusão social e de risco, em especial a violência doméstica e o trabalho infantil, sendo um serviço complementar e diretamente articulado ao PAIF.

Para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos: Tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária.

Para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos: Tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária e contribui para o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho.

Para idosos: Tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidade, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social.

No ano de 2016, foram atendidas em média 1.810 pessoas nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos nos oito Centros de Atendimento Sócio-educativos - CASE (=133.000 atendimentos/ano) em atendimento diário no contra turno escolar e nos CRAS - Projeto Gerações (=18.700 atendimentos/ano).

No serviço de proteção básica ofertado à população idosa pelo Projeto "Estação Idoso" foram atendidos 579 idosos nas atividades de coral, artesanato, atividades esportivas e culturais, eventos comemorativos, correspondendo a 27.612 atendimentos no ano de 2016.

O projeto Desenvolvimento de Habilidades, realizado nos três Centros de Artes e Ofícios de Piracicaba (Jd. Oriente, Jaraguá e Parque Piracicaba), atendeu em 2016: 2.456 pessoas, nos cursos de artesanato, corte e costura, culinária, cabelo e manicure, totalizando um atendimento de 6.399 ao ano.

No banco de alimentos foram atendidas 8.307 pessoas, por meio da distribuição de Cestas Básicas encaminhadas pelos Cras, Creas, Cram e atendidos pelas organizações sociais. Foram repassados às entidades para atendimento com refeições e cestas básicas 174.551,34 quilos de alimentos.

Foram incluídos no Programa Emergencial de Auxílio-Desemprego – Frente de Trabalho 404 beneficiários encaminhados pelos técnicos dos Cras, Creas, Centro Pop e Seame, no desenvolvimento de atividades nas diversas Secretarias Municipais, além da participação em curso preparatório para o mercado de trabalho, com a oferta de cesta básica, auxilio deslocamento, seguro de vida e vale transporte, representando uma média de 2.400 atendimentos administrativos junto a Central de Cadastro Único, e 72.000 atendimentos diários aos bolsistas.

O Cadastro Único é o sistema que registra as informações sobre cada família de baixa renda, identificando seus membros e suas condições econômicas e sociais. O governo federal utiliza os dados do Cadastro Único para conceder benefícios de programas sociais, como: Tarifa Social de Energia Elétrica, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Bolsa Família, entre outros. Todos os municípios brasileiros já operam o Cadastro Único. Os dados do Cadastro Único também podem ser utilizados para o planejamento das ações e para a seleção de beneficiários dos programas sociais geridos pelo município. O município realiza continuamente atividades de cadastramento e possui: 27.279 famílias inseridas no Cadastro Único, destas, 19.329 famílias com renda até ½ salário mínimo;





Procuradoria Jurídico-administrativa

No ano de 2016, foram registrados 50.163 atendimentos na Central de Cadastro Único do município, na realização de novos cadastros únicos, atualizações, contribuindo para o acesso aos programas de transferência de renda, abrangendo em média 14.344 famílias.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de março de 2017, 9.246 famílias. O PBF atende às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza. Foi utilizado um limite de renda para definir esses dois patamares. Assim, podem fazer parte do Programa:

Todas as famílias com renda por pessoa de até R\$ 85,00 mensais;

Famílias com renda por pessoa entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos.

Essas famílias beneficiárias equivalem, aproximadamente, a 6,53% da população total do município, e inclui 3.789 famílias que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza. No mês de março de 2017 foram transferidos R\$ 1.570.078,00 às famílias do Programa e o benefício médio repassado foi de R\$ 169,81 por família. Conforme estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento, a cada R\$ 1,00 transferido às famílias do programa, o Produto Interno Bruto (PIB) municipal tem um acréscimo de R\$ 1,78. A cobertura do programa é de 50,55% em relação à estimativa de pobreza do município. Essa estimativa é calculada com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Evolução do Programa Bolsa Família no município				
	Total do Recurso Repassado			
Ano	Beneficiários	As famílias		
2012	8875	13.373.178,00		
2013	9269	15.656.054,00		
2014	8048	15.803.828,00		
2015	9300	16.331.689,00		
2016	9363	17.926.073,00		
2017 (até abril)	9496	6.306.226,00		

A realidade brasileira nos apresenta famílias em diferentes situações socioeconômicas, que induzem à violação dos direitos de seus membros, em especial de suas crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência. Há, também, outros fenômenos resultantes de processos de exclusão: pessoas em situação de rua, migrantes, idosos em situação de violência. Percebe-se que estas situações, nem sempre decorrentes da ausência de renda, se agravam nas parcelas da população com maiores índices de desemprego e pobreza.

A proteção Social Especial é a modalidade de atendimento a essas famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social em decorrência de abandono, maus tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

Os serviços de Proteção Social Especial podem ser subdivididos em serviços de média complexidade e de alta complexidade. São considerados de média complexidade aqueles que oferecem atendimento às famílias, seus membros e aos indivíduos com direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Nestes casos, os atendimentos se dão nos dois Centros de





Procuradoria Jurídico-administrativa

Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, em parceria com o Serviço de Abordagem Social – SEAS, o Seame que realiza o atendimento as medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço a Comunidade e os atendimentos realizados as pessoas com deficiência pela rede socioassistencial. Para as pessoas em situação de rua, o município conta com um Centro Pop.

Em 2016, a Semdes atendeu, de forma direta e indireta, cerca de 6.800 pessoas na Proteção Social Especial, sendo 4.570 na média complexidade e 2.199 na alta complexidade, totalizando mais de 300.000 atendimentos.

No ano de 2016 foram inseridas 2.727 pessoas no acompanhamento dos dois Creas do município, representando 12.000 atendimentos. Já o Centro Pop registrou o atendimento de 179 pessoas em situação de rua e uma média de 3.307 atendimentos.

Dados do Cram - Centro de Referência de Atendimento a Mulher Vítima de Violência, revelam que em 2016 foram atendidas 121 pessoas em 1.285 atendimentos.

O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – Pedi - realizado em domicílio ofertou 1.151 atendimentos no ano de 2016 à 46 usuários, sendo quarenta e nove idosos e sete pessoas com deficiência.

O Centro Dia do Idoso, realizado em parceria com a Afasmac atendeu 38 idosos, em 38.000 atendimentos no ano de 2016.

Já as organizações sociais que realizam o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias atenderam 934 pessoas, representando 56.843 atendimentos anuais em 2016.

O Seame atendeu no serviço de LA e PSC 704 jovens, sendo 241 reincidentes e 463 casos novos, realizando em média 11.000 atendimentos no ano.

Já os serviços de alta complexidade garantem proteção integral: moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido. Eles se dirigem às famílias, seus membros e indivíduos que se encontrem sem referência e/ou ameaçados e, nestas condições, necessitem ser retirados de seu núcleo familiar e comunitário.

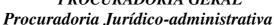
Os serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, atenderam, em 2016, 192 crianças nas modalidades de abrigo e família acolhedora em 32.658 atendimentos. Já as instituições de longa permanência para idosos atenderam 185 idosos encaminhados pela proteção social especial em 81.165 atendimentos. Já o Núcleo de Apoio Social Novos Caminhos, Albergue e Casa de Passagem atendeu 1822 pessoas em situação de rua em 66.000 atendimentos, apontando cerca de 180.000 atendimentos realizados nos serviços de acolhimentos e pernoites do município.

Visando garantir a transparência e o controle social das políticas públicas vinculadas a Assistência Social, a Secretaria oferece apoio técnico e administrativo para o funcionamento e manutenção da Casa dos Conselhos, sede dos Conselhos Municipais de Assistência Social, Criança e Adolescente, Pessoa com Deficiência, Idoso, Segurança Alimentar e Álcool e Drogas.

Em resumo, pode-se inferir que no ano de 2016 foram atendidas cerca de 39.800 pessoas pela SEMDES nos programas e projetos da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, por meio de cerca de 630.000 atendimentos.

Diante do exposto e levando-se em consideração principalmente o cumprimento da Norma Operacional do Sistema Único da Assistência Social (NOB/SUAS), as propostas do PPA 2018-2021 incluem o reforço das estruturas existentes e seu fortalecimento, a ampliação do escopo dos serviços a serem prestados e a manutenção e ampliação das parcerias com as entidades que apoiam o Poder Público na execução das políticas sociais.







09 - PREVIDÊNCIA

O Regime de Previdência de caráter contributivo e solidário é um direito previsto e assegurado pela Constituição Federal aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas Autarquias e Fundações, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) é gerenciado pelo Instituto de Previdência e Assistência Social dos Funcionários Municipais de Piracicaba (IPASP), que é a unidade gestora da previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos do Município de Piracicaba.

A missão do IPASP, portanto, é gerir o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Piracicaba buscando o equilíbrio financeiro e atuarial, para garantir os direitos previdenciários dos segurados e beneficiários e sua Visão de Futuro é ser referência na gestão do Regime Próprio de Previdência Social.

A Previdência Social é uma das políticas públicas de maior impacto na vida do cidadão brasileiro e nela está incluída a previdência social do servidor público estatutário. Os benefícios previdenciários (aposentadorias, pensões e outras) influenciam nas condições socioeconômicas de todo território nacional, desempenhando papel fundamental na redução da pobreza e na distribuição de renda do país.

A Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF), em matéria previdenciária, prevê, dentre outras disposições, que o ente da Federação que mantiver ou vier a instituir regime próprio para seus servidores, deverá conferir-lhe caráter contributivo e organizá-lo com base em normas de contabilidade e atuária que preservem o seu equilíbrio financeiro e atuarial.

Nesse sentido, o município de Piracicaba não pode fugir do dilema experimentado pelos RPPS brasileiros: a redução da base de financiamento versus equilíbrio financeiro. Em outras palavras, torna-se difícil conceber a obtenção do equilíbrio diante da atual conjuntura, marcada pela gradativa redução do número de servidores públicos em atividade, com consequente diminuição da contribuição dos segurados e o aumento gradativo da necessidade de repasses financeiros complementares pagos pelos entes, sob pena de o município tornar-se incapaz de cumprir os limites estabelecidos pela LRF e de honrar os compromissos decorrentes do passivo previdenciário assumido.

Para o período previsto nesse PPA de 2018 a 2021, a necessidade de aporte financeiro dos entes (Prefeitura, Semae e Câmara Municipal), aumenta mais 140,0% em relação a 2017. Isto significa que, além da alíquota vigente (22,0% patronal e 11,0% servidores), os entes terão que dispor de mais recursos próprios para complementar à necessidade de recursos financeiros para a previdência municipal, conforme demonstrativo a seguir:

Município de Piracicaba Déficit Financeiro do Regime de Previdência Municipal

2017	2018	2019	2020	2021
R\$ 52.414.000,00	R\$ 63.895.000,00	R\$ 81.703.000,00	R\$ 102.112.000,00	R\$ 126.190.000,00

Fonte: Ipasp

Vale enfatizar, por fim, que o cenário de crise econômica significa estagnação ou, até mesmo, a redução das receitas municipais, imprescindíveis para fazer frente a eventuais déficits previdenciários, o que nos coloca novamente ao debate, agora a nível municipal, a questão da escolha do modelo mais adequado ao equilíbrio financeiro e atuarial do sistema de previdência do município.

Desta forma, haja vista o aumento gradativo das despesas previdenciárias ao logo dos próximos anos, no nosso atual modelo, caso não sejam tomadas medidas capazes de anular ou de pelo menos reduzir os déficits projetados, tais como a regularização das contribuições patronais e o repasse dos valores





Procuradoria Jurídico-administrativa

arrecadados dos segurados (servidores) para os fundos previdenciários, prevê-se uma situação futura insustentável, não somente para o atendimento aos segurados, mas também para o equilíbrio fiscal do município, com agravante redução na sua capacidade de investimento, deixando de atender às necessidades que a população anseia. A questão previdenciária do Município é um dos maiores desafios dos próximos anos e deve ser debatida pelos gestores públicos, servidores ativos e inativos, câmara municipal e a sociedade piracicabana.

<u>10 - SAÚDE</u>

A consolidação do Sistema Único de Saúde – SUS traz responsabilidades e desafios que devem ser assumidos pelo município, na busca de um sistema de saúde comprometido com as necessidades da população.

A Secretaria Municipal de Saúde de Piracicaba centra seus investimentos na melhoria da qualidade da atenção à saúde, em consonância com os princípios e diretrizes do SUS, prestada a todos os usuários do Sistema Municipal de Saúde, pela sua rede própria e pelos prestadores de serviços locais contratados, buscando, constantemente, prover seu Sistema de Saúde de serviços que possam atender às necessidades de saúde da população em todos os níveis de complexidade. Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Saúde vem promovendo, de forma contínua, a incorporação de novas tecnologias e avanços científicos, bem como de mecanismos de modernização da gestão do Sistema Municipal de Saúde, com o fortalecimento das relações com a sociedade civil organizada.

Mesmo com os resultados positivos já alcançados, ao analisarmos os diferentes indicadores de saúde, constatamos o aumento das doenças no país, tanto das características de países em desenvolvimento, quanto de primeiro mundo, apresentando, na última década, como principais causas de óbitos, as doenças cardiovasculares e neoplasias. Podemos dizer que Piracicaba, assim como os centros de médio e grande porte da região sudeste do país, encontra-se numa fase de transição no que se refere ao desenvolvimento, registrando um crescente envelhecimento de sua população e das doenças associadas a essa transição demográfica e econômica. Ao mesmo tempo, assiste à disseminação de doenças infecciosas emergentes e recorrentes, características de países em desenvolvimento. O sistema público de saúde tem que se adaptar a essas novas exigências.

Embora apresente uma taxa de 50% da população SUS dependente, Piracicaba, como os demais municípios brasileiros de médio porte, principalmente do eixo sul/sudeste/centro-oeste, enfrenta uma grande pressão pela incorporação de novas tecnologias, o que aumenta o custo do sistema. Por outro lado, o financiamento público não tem acompanhado o aumento da demanda do sistema, causando estrangulamentos que afetam a vida do cidadão que depende do sistema público.

Uma questão a ser permanentemente enfrentada, essa de natureza histórica do SUS, é a inversão do modelo de atenção, hoje centrado no pronto atendimento, sendo que a prioridade deve ser a Atenção Básica, com a expansão da cobertura dos serviços. Nos últimos anos, a rede física da atenção básica cresceu substancialmente em nosso município, acompanhada de seus serviços de apoio. Cabe, nos próximos anos, mantê-la em condições adequadas de funcionamento, com recursos humanos e materiais suficientes, além de ampliá-la na medida das novas necessidades.

Outro problema que o Município passou a enfrentar nos últimos anos foi a falta de leitos hospitalares, especialmente porque os municípios vizinhos, de menor porte, não têm apresentado condições de sustentar leitos de média e alta complexidade, sobrecarregando os hospitais locais conveniados com o SUS. Foi por esse motivo que a Prefeitura de Piracicaba resolveu construir, com recursos próprios, um hospital público de 126 leitos para dar conta dessa necessidade. Solicitou o apoio do Governo do Estado para equipar esse novo hospital, que será referência regional. Busca, neste momento, a participação e o compromisso das três esferas de governo para o custeio de seu funcionamento.

Por outro lado, alguns fatores restam bastante destacados quando das análises promovidas pela gestão:





Procuradoria Jurídico-administrativa

- A necessidade de se destinar especial atenção à Saúde do idoso, principalmente na nossa região, onde o processo de envelhecimento da população se apresenta bastante acelerado;
- A Saúde Mental deve ser priorizada para que se construa uma rede capaz de dar suporte às suas várias dimensões como problema de saúde pública e;
- A premência da discussão sobre o financiamento do SUS como um todo, definindo, de forma clara, as responsabilidades de cada nível de governo, sob risco, em curto prazo, de colapso do sistema.

Enfim, nossos objetivos estratégicos estão pautados na busca por equidade, por meio da ampliação do acesso aos serviços de saúde e melhoria da qualidade da atenção, em tempo adequado, às necessidades de saúde dos cidadãos, o que pode ser resumido no seguinte:

- Garantir acesso de qualidade, em tempo adequado, às necessidades de saúde dos cidadãos, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada;
- Promover atenção integral à saúde da mulher, do homem, da criança, do adolescente e dos jovens;
- Garantir atenção integral à saúde da pessoa idosa;
- Garantir assistência farmacêutica com os medicamentos aprovados pelo SUS;
- Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência química;
- Investir na melhoria da gestão do Sistema de Saúde e de todos os serviços de saúde prestados à população;
- Manter a valorização dos profissionais de saúde.

12 - EDUCAÇÃO

A educação no Brasil apresenta ainda muitos desafios, decorrentes do processo de formação histórico-econômico que caracterizou nosso modelo de desenvolvimento. Tanto que, até recentemente, a educação era oferecida para pequena parcela da população. Apenas nos anos 1990 o acesso à educação básica foi universalizado no País e, embora atualmente todas as crianças (de 4 a 17 anos) tenham acesso à Educação Básica, desde a pré-escola até o ensino médio, há muito ainda a avançar em termos qualitativos e de enfrentamento de desigualdades. A posição vexaminosa do Brasil em indicadores educacionais em ranks mundiais decorre, entre outros fatores, da falta de prioridade dada a políticas educacionais nacionais que priorizem a qualidade do processo educacional, especialmente na Educação Básica.

Embora existam nichos na área educacional brasileira compatíveis com os de países desenvolvidos, especialmente no ensino superior, há muito ainda a caminhar para se alcançar a qualidade necessária da educação brasileira. A universalização do acesso à educação básica só foi realizada recentemente, nos anos 1990 e, após essa fase, pouco se avançou na imprescindível qualidade do processo educacional. O País não pode ter políticas macro educacionais que apenas priorizem indicadores quantitativos, é necessário reverter esse quadro e avançar na qualidade, pois é preciso um esforço nacional para superação efetiva de desigualdades e gargalos gerados pelo processo histórico-econômico que definiu a atual situação educacional do Brasil.

Um dos grandes desafios do Brasil nos dias atuais é conseguir oferecer vagas em escolas de educação infantil, tanto que a meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE) prevê que todo município passe a oferecer vagas em creches a pelo menos 50% de suas crianças de 0 a 3 anos até o ano de 2024. Meta essa que a cidade de Piracicaba já alcançou em dias atuais, atendendo hoje cerca de 60% das crianças dessa faixa etária, já conseguindo superar a meta nacional com folga, pelo enorme esforço educacional feito pelo município na construção de escolas e contratação de professores/funcionários. Também a universalização do ensino para crianças de 4 a 5 anos, prevista para atendimento obrigatório a partir de 2016, foi e continua sendo plenamente atendida desde esse ano/meta pelo município.





Procuradoria Jurídico-administrativa

Seguindo as diretrizes nacionais estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado por meio da Lei no. 13.005/2014, para o decênio 2014-2024, Piracicaba construiu de forma democrática seu Plano Municipal de Educação (PME), aprovado conforme Lei Municipal no. 8.501, de 01 de junho de 2016, que define as metas e estratégias para a educação no município nos próximos anos. Em decorrência, as diretrizes do PME deverão estar norteando as ações previstas pela Secretaria Municipal de Educação no PPA 2018-2021. Essas diretrizes seguem as diretrizes nacionais, que são:

- 1. Erradicação do analfabetismo;
- 2. Universalização do atendimento escolar;
- 3. Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
 - 4. Melhoria da qualidade da educação;
- 5. Formação para o trabalho e para a cidadania com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
 - 6. Promoção do princípio da gestão democrática da educação;
 - 7. Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;
- 8. Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
 - 9. Valorização dos (as) profissionais da educação;
- 10. Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade étnica-racial e à sustentabilidade socioambiental.

A partir das vinte metas do PNE o município, considerando as prioridades especificas, planejou para a educação local na próxima década, metas que deverão ser cumpridas no prazo de vigência do PME da cidade (desde que não haja prazo inferior definido para as mesmas, pela lei federal - PNE). Tanto as metas quanto as estratégias definem e/ou ampliam ações para todos os níveis, modalidades e etapas educacionais, de forma a buscar assegurar escolas em todos os níveis educacionais (Infantil, Fundamental, Médio, Técnico, Superior) democráticas, inclusivas, pensadas na sua integridade, que levem o educando ao conhecimento, habilidades, competências, valores e atitudes que lhes permitam o exercício pleno da cidadania, independente de suas necessidades e diferenças. Há inclusive estratégias específicas para enfrentamento da evasão escolar, da inclusão de minorias, das questões relacionadas a diferenças, discriminações e desigualdades e para valorização dos profissionais da educação.

Nesse contexto, no período 2018-2021, a educação no Município deverá ser tratada como um processo contínuo, crítico, reflexivo, criativo e transformador da sociedade. Para isso, tem que ser uma educação com qualidade, para a formação integral do ser humano, pois essa é a única maneira de propagar a cidadania e de atingir os ideais de justiça e equidade social. Mas a pré-condição para alcançar a equidade é a garantia de acesso à educação, o que exige investimentos permanentes em recursos materiais e humanos que a assegurem.

Para o governo municipal, a educação é uma prioridade absoluta, que merece atenção especial, pois se trata de investimento no futuro das pessoas e da nação. Assim ela deve transcender os lares e os muros das escolas, alcançando o conjunto da sociedade. Educar é dar oportunidade para que crianças, jovens e adultos ousem e expressem sua criatividade, preparando-os para o enfrentamento dos diversos aspectos da vida em sociedade. Inclusive fornecendo os alicerces para formação de futuros trabalhadores bem qualificados e educados, capazes de exercer com plenitude seus direitos e deveres como cidadãos.





Procuradoria Jurídico-administrativa

Vivemos em uma época de grande transformação nas sociedades de todo o mundo, na qual a informação e suas tecnologias adquiriram uma expressão da qual não podemos prescindir e, ao mesmo tempo, nos colocam desafios permanentes. Isso exige e exigirá dos educadores respostas e soluções que não estão disponíveis de imediato, demandando uma ampla e permanente reflexão. Para os alunos e famílias, esse também é um desafio que têm de enfrentar juntos com os educadores e a escola, construindo uma nova concepção de unidade escolar. Que exista como veículo de trabalho e de transformação dos homens, para que esses possam encarar com propriedade os desafios do mundo contemporâneo.

O mundo mudou e a escola não pode permanecer estática, presa a paradigmas superados. Novas competências precisam ser desenvolvidas a partir de novos valores e de novos modelos teóricos. Para tal será necessário que todos os envolvidos tenham discernimento na elaboração de seus projetos políticos pedagógicos, na elaboração de metas prioritárias, na disponibilidade para aprender e reaprender, no uso dos sistemas de avaliação e no reconhecimento de que isso somente será possível por meio de uma construção coletiva e com a presença de lideranças compromissadas, dedicadas e competentes.

Nessa perspectiva, a Secretaria Municipal da Educação adota e continuará adotando como metodologia a elaboração de projetos pedagógicos que partem da análise das avaliações internas e externas existentes e a serem realizadas e estabeleçam objetivos, metas e estratégias para se alcançar os resultados esperados. Esse trabalho deve considerar desde a unidade escolar em seu conjunto, até cada classe e cada aluno na sua individualidade. Esse projeto inclusive deve ter como objetivo a relevante e necessária integração da escola com os pais e a comunidade.

Os eixos norteadores das ações na educação são e continuarão a ser: cuidar e educar; aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a ensinar; ensinar a aprender; aprender ensinando, aprender a conviver e aprender a ser. Para isso, deverá desenvolver lideranças que conduzam a educação para seus objetivos e terá que alinhar seu trabalho à legislação educacional e aos compromissos do país, do estado e do município; conhecer e implantar os novos paradigmas da administração pública e absorver os valores da pedagogia democrática inclusiva.

• A escola que queremos

A escola dever ser vista como um espaço de formação e aprendizagem continuada, isto é, toda escola pode e deve melhorar e todos nela podem aprender progressivamente. A escola deve se pautar por:

- Auto-avaliação constante usando indicadores seguros para definir prioridades e retroalimentação com base nesse diagnóstico;
- Plano de atuação alicerçado no processo: ação / reflexão / ação;
- Trabalho coletivo que envolva toda a comunidade escolar nas decisões e ações: gestores, professores, alunos, pessoal de apoio e comunidade;
- Professores que, na qualidade de especialistas e no exercício da cidadania, são participantes privilegiados no processo de melhoria do desempenho das escolas onde trabalham;
- Utilização do HTPC (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo) como indispensável para definir e implantar a proposta pedagógica de atuação e para aprimoramento/formação científica constante;
- Efetivação do reforço e recuperação de aprendizagem, de forma simultânea ao desenvolvimento das aulas regulares, integrando-os ao trabalho do professor e utilizando-se de materiais pedagógicos e atividades diversificadas;
- Cultivo das relações interpessoais pertinentes à convivência cidadã, buscando coerência entre o que se pretende ensinar e o que se faz na escola;
- Requisitos que lhe garantam um bom desempenho:
- Competência técnica e condições de trabalho;



tiva

Procuradoria Jurídico-administrativa

- Estrutura e organização da escola;
- Qualidade das instalações e equipamentos;
- Gestão Participativa;
- Conhecimento dos educandos;
- Programação curricular adequada à realidade;
- Capacitação e reflexão contínua;
- Variedade e disponibilidade de material didático;
- Tipos vários de interação em sala de aula;
- Integração com a comunidade;
- Proposta pedagógica construída coletivamente.

Prioridades de ação do governo

Educação Especial

- Promover a humanização e inclusão social;
- Capacitar os profissionais para que possam atender adequadamente os alunos;
- Adaptar escolas para que atendam alunos com necessidades educativas especiais, quando necessário;
- Manter e/ou renovar/ampliar, se necessário, a frota de veículos adaptados para o transporte de crianças portadoras de necessidades especiais;
- Estabelecer parcerias com instituições filantrópicas e demais Secretarias Municipais;
- Assegurar a acessibilidade e a inclusão aos alunos matriculados na rede, garantindo os recursos necessários;
- Adquirir materiais específicos visando a melhoria no atendimento;
- Aprimorar a estrutura organizacional e promover a modernização administrativa.
- Integrar-se aos projetos pedagógicos das unidades educacionais, com base na legislação educacional e no contexto da Base Nacional Comum Curricular para esse segmento educacional.

Educação Infantil

- Ampliar o número de vagas oferecidas, especialmente para crianças de 0 a 3 anos de idade, com prioridade ao atendimento em tempo integral, por meio da construção/ampliação de unidades próprias, definidas por análise de demanda;
- Manter as instalações adequadas para o bom desenvolvimento dos trabalhos com as crianças;
- Reformar as unidades que precisem de ajustes em sua infraestrutura;
- Fornecer material educativo às escolas a partir de critérios político-pedagógicos;
- Capacitar permanentemente os profissionais da área;
- Dar continuidade ao processo de valoração dos professores e funcionários, com base na avaliação e mérito;
- Aperfeiçoar o cadastro e o sistema de informações sócio-econômicas das famílias que procuram vagas para seus filhos;
- Avaliar e aprimorar, se necessário, os critérios estabelecidos para definição de vagas integrais que norteiam o processo de classificação pelos Conselhos de Escola;
- Elaborar projetos político-pedagógicos adequados à realidade de cada escola, com base em diretrizes da Secretaria Municipal de Educação e no contexto da Base Nacional Comum Curricular para esse segmento educacional.

Ensino Fundamental





Procuradoria Jurídico-administrativa

- Construir, reformar, adequar ou ampliar unidades nos locais onde exista pressão da demanda;
- Adquirir obras literárias, livros e material pedagógico para professores e alunos, adequados aos objetivos da melhoria da educação;
- Realizar atividades esportivas e recreativas necessárias ao desenvolvimento dos alunos;
- Construir, reformar e/ou cobrir quadras poliesportivas;
- Utilizar material pedagógico que reflita um eixo comum para a formação dos alunos da rede municipal;
- Elaborar projetos político-pedagógicos adequados à realidade de cada escola, com base em diretrizes da Secretaria Municipal de Educação e no contexto da Base Nacional Comum Curricular para esse segmento;
- Promover a formação continuada dos profissionais da educação de acordo com as necessidades identificadas, planejando-as em coerência com os objetivos da melhoria da qualidade da educação municipal;
- Aperfeiçoar a política de monitoramento e avaliação do ensino em cada escola;
- Estabelecer uma estrutura organizada para manutenção das escolas e promover melhorias nas condições das instalações onde forem necessárias;
- Trabalhar com as tecnologias educacionais existentes e ampliá-las para um melhor desempenho de professores e alunos;
- Dar continuidade ao processo de valoração dos professores e funcionários, com base na avaliação e mérito.

Educação de Jovens e Adultos:

- Manter a educação de jovens e adultos do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental, aprimorando permanentemente o seu trabalho;
- Oferecer condições adequadas para o desenvolvimento das atividades desse segmento da educação:
- Supervisionar a frequência e o trabalho pedagógico oferecido;
- Promover parcerias com empresas, sindicatos e outras instituições da sociedade para oferta desse curso;
- Adquirir material didático adequado para o melhor desenvolvimento das atividades de professores e alunos;
- Elaborar projeto político-pedagógico adequados à realidade desse segmento populacional, com base nas diretrizes da Secretaria Municipal de Educação e no contexto da Base Nacional Comum Curricular para esse segmento educacional.

Valorização dos Profissionais da Educação

- Criar legislação específica para os professores substitutos;
- Implantar Plano de Carreira para os Profissionais do Magistério, com base em avaliação e mérito, em havendo recursos orçamentários para tanto;
- Construir um programa de capacitação permanente para os profissionais da educação.

Tecnologias Educacionais e Inclusão Digital

- Ampliar as ações educativas dos Núcleos de Inclusão Digital, para apoio a atividades pedagógicas de unidades escolares e cursos e atividades para as comunidades;
- Desenvolver cursos para capacitação/formação de professores/funcionários;
- Expandir e aprimorar a utilização das tecnologias educacionais voltadas para ao aprimoramento da qualidade da educação.





Procuradoria Jurídico-administrativa

Gestão da Educação

- Avaliar a necessidade de ampliar e/ou renovar a informatização do conjunto da Secretaria e implantar sistemas de informação que auxiliem na gestão
- Redefinir/ampliar/aprimorar os serviços de manutenção da infraestrutura das unidades escolares e administrativas;
- Aprimorar o site da Secretaria da Educação para favorecer a comunicação interna e externa, ademais de dar maior transparência às informações e ações da Secretaria;
- Dar continuidade ao processo de atualização da legislação municipal sobre a educação no município, coerente com os avanços da legislação federal e estadual e compatível com os novos desafios da educação brasileira.
- Elaborar programa de treinamento para os servidores e profissionais de apoio à atividade educacional;
- Dar continuidade e apoio ao Curso Pré-Vestibular Municipal;
- Promover a reestruturação organizacional e modernização administrativa da Secretaria, além de ampliar e adequar a estrutura física de sua sede, compatível com o tamanho e a complexidade que a educação no município adquiriu nos últimos anos;
- Dar continuidade ao Programa de Merenda Escolar, tendo por base princípios de Educação Alimentar; gestão com planejamento, acompanhamento e avaliação;
- Dar continuidade ao Programa de Transporte Escolar, gestão com planejamento, acompanhamento e avaliação;
- Definir instrumentos para avaliar a rede municipal de educação, com base em parâmetros nacionais de qualidade, para aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, o desenvolvimento integral dos estudantes da educação infantil e a aprendizagem dos estudantes do ensino fundamental entre outros indicadores relevantes. Com finalidade formativa e processual, de caráter diagnóstico, de forma a gerar subsídios para replanejamentos que se façam necessários para o aprimoramento da qualidade da educação;
- Planejar e realizar Conferência Municipal de Educação, em conjunto com o Conselho Municipal de Educação;
- Apoiar e fornecer infraestrutura ao funcionamento dos Conselhos Municipais: de Educação, do FUNDEB e de Alimentação Escolar;
- Dar apoio às medidas necessárias ao cumprimento das metas previstas no Plano Municipal de Educação (PME), dentro dos limites orçamentários constitucionais.

13 - CULTURA

Cultura é conjunto de mitos, crenças, histórias populares, lendas, tradições e costumes que são transmitidos de geração em geração.

A cultura de um povo é o complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e de outros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade ou civilização. A cultura, portanto, é o espaço onde as invenções reinam, onde a criação humana através dos tempos se desenvolve. As artes podem ser o caminho, porém não o único, que representa a síntese de uma comunidade, chamada cultura.

Piracicaba é muito rica culturalmente e tem no seu rio um dos principais personagens de inspiração para diversas manifestações culturais, principalmente na música, na dança e no conjunto cultural de costumes e tradições do povo piracicabano. A forte junção entre zonas rural e urbana contribuiu muito, nas ultimas décadas, para que nossa cultura de raiz se desenvolvesse e se projetasse nacionalmente,





Procuradoria Jurídico-administrativa

com a moda de viola, o cururu, a festa do Divino e outros mais, que fazem parte do nosso calendário histórico-cultural.

O principal objetivo do governo municipal nessa área é ampliar o acesso da população aos bens e serviços culturais, desenvolvendo uma política cultural que passe pela manutenção e preservação adequadas dos equipamentos públicos municipais, democratizando o acesso à Secretaria da Ação Cultural a todos aqueles que representam as diversas manifestações artísticas da cidade e que desenvolvem cultura por meio de outros tipos de manifestações que representem o povo e seus costumes e tradições.

É necessário, portanto, apoiar de maneira organizada todos os grupos, sejam eles eruditos ou populares, promovendo o intercâmbio cultural entre eles, para que as ações que envolvem cultura penetrem em todos os segmentos da sociedade de maneira positiva, contribuindo para a sua democratização e, desta forma, contribua para a redução das desigualdades sociais. A movimentação cultural daí resultante é capaz de não só levar cultura pronta, acabada, mas instigar a busca de cultura nas diversas regiões de nossa cidade, desenvolvendo mecanismos para essa troca de manifestações culturais. Talvez esse entrelaçamento cultural seja o instrumento mais forte e verdadeiro a orientar uma política cultural democrática e justa para os cidadãos. Trata-se também, de democratizar as oportunidades de produzir cultura e de difundi-la.

Para obter esses resultados, a principal estratégia é a manutenção do projeto Movimentação Cultural em seis regiões da cidade (rural, central, norte, sul, leste e oeste), fomentando as ações e utilizando todos os espaços pertencentes à Secretaria da Ação Cultural, como Engenho Central, a Pinacoteca Municipal Miguel Dutra, o Teatro Municipal Losso Neto, Teatro Municipal "Erotides de Campos", a Casa do Povoador, a Biblioteca Municipal Ricardo Ferraz de Arruda Pinto, o Centro Cultural Antonio Pacheco Ferraz, o Centro Cultural Nhô Serra, o Centro Cultural Isaíra Aparecida Barbosa – Zazá, o Centro Cultural "Hugo Pedro Carradore", o Armazém da Cultura Maria Dirce de Almeida Camargo, Centro de Documentação, Cultura e Política Negra e, ainda, os diversos parceiros culturais do Município como associações, clubes, escolas, centros comunitários, sociedades e entidades que fomentam a cultura de nossa cidade.

A dinamização da área cultural no Município obedecerá às seguintes diretrizes:

- Democratização da Cultura;
- Suporte de infraestrutura e destinação de espaços à expressão das diversas manifestações artístico-culturais;
- Garantir a participação das entidades e agentes culturais na definição da política cultural do Município:
- Elaborar um plano para a realização de festivais e concursos nas diversas modalidades, envolvendo as escolas públicas e particulares (em conjunto com as entidades de cada área);
- Garantia da divulgação de eventos da Secretaria por meio de folhetos, cartazes e principalmente nas placas de rua, as quais já fazem parte do costume da população local;
- Valorização dos artistas locais e incentivo no surgimento de novos artistas e de novas bandas, assim como a promoção de intercâmbio com outros artistas da região ou artistas de projeção nacional, para troca de experiências;
- Repasse de verbas para as entidades culturais por meio de subvenção/convênio;
- Informatização dos Teatros Municipais, da Pinacoteca e Biblioteca Municipal, para que a população tenha acesso rápido e mais fácil às informações culturais e aos eventos programados na cidade;
- Suporte financeiro ao Salão Internacional de Humor de Piracicaba e Salãozinho Humor, aos Salões de Belas Artes e de Arte Contemporânea e à Mostra "Almeida Junior";
- Manutenção e preservação do patrimônio da Pinacoteca Municipal, tanto arquitetonicamente, como de seu acervo e de seus equipamentos;





Procuradoria Jurídico-administrativa

- Divulgação da arte do cinema;
- Apoio aos trabalhos desenvolvidos pela CETA (Companhia Estável de Teatro Amador), como também de outros grupos de teatro;
- Apoio aos trabalhos desenvolvidos pela CEDAN (Companhia Estável de Dança), como também de outros grupos de dança;
- Apoio à realização do FENTEPIRA (Festival Nacional de Teatro de Piracicaba),
 Pirateatrando, Semana do Teatro e outros;
- Difusão da literatura como um meio fundamental de aquisição cultural, garantindo também o aumento de acervo da Biblioteca Pública Municipal e acesso à leitura à população dos bairros mais distantes por meio da Biblioteca Volante (Ônibus Biblioteca);
- Estímulo à formação e apoio às fanfarras de escolas e bandas, através da realização do Festival Municipal de Bandas e Fanfarras;
- Manter em condições adequadas e melhorar os espaços culturais existentes;
- Apoio às academias de dança e à Semana Municipal da Dança, oferecendo espaço para a realização de seus festivais, como na divulgação e suporte de pessoal;
- Dar suporte aos diversos projetos que chegarem à Secretaria para buscar recursos junto às leis de incentivo à cultura e outros tipos de parcerias;
- Estímulo à apresentação de peças de projeção nacional nos Teatros Municipais, principalmente as do eixo Rio-São Paulo;
- Estímulo à utilização da Casa do Povoador como um local de visitas constantes, por meio de exposições, encontros, cursos e demonstrações, valorizando assim o nosso primeiro patrimônio como fonte de inspiração e cultura;
- Parceria e apoio na realização dos Projetos Estadual/Federal, tais como Mapa Cultural Paulista, Ademar Guerra, Carlos Gomes, Virada Cultural Paulista, Festival Paulista de Circo e outros;
- Apoio aos trabalhos desenvolvidos no Centro de Valorização da Cultura Negra;
- Difusão da cultura caipiracicabana e folclórica regional;
- Estabelecimento de parcerias com as outras secretarias municipais, para realização e divulgação dos eventos culturais e educativos;
- Organização de eventos de reflexão como encontros, simpósios, ciclos, conferências, em parcerias com universidades e outras instituições que assim o desejarem, sobre temas que envolvam a cultura:
- Criação de políticas públicas culturais para os idosos, jovens e mulheres;
- Preservação dos patrimônios arquitetônico, histórico e cultural da cidade;
- Dar maior apoio ao calendário oficial de eventos, além das festas populares, folclóricas e assistenciais:
- Estudar as possibilidades de dispor de uma Fundação de Apoio à Orquestra Municipal e Coral Municipal;
- Manter os museus existentes e criar outros;
- Dinamização dos projetos já existentes na Secretaria de Ação Cultural, como Som do Meio Dia, Som ao Cair da Tarde, Circuito Mestre Cosmo de Capoeira, Movimentação Cultural, Arte Pira, sempre que possível ampliando-os com outros horários, dias a até outros locais;
- Manutenção do Núcleo de Tradições e Memórias Nutrame Noite das Tradições, Núcleo de Pesquisa do Folclore, Fórum das tradições, mês do Folclore, tradições folclóricas e demais manifestações folclóricas;
- Ampliação do acervo da Pinacoteca com construção do anexo e aquisição de equipamentos;
- Preservação dos acervos artísticos municipais.





Procuradoria Jurídico-administrativa

15 – URBANISMO

O Plano Diretor de Desenvolvimento de Piracicaba, aprovado em 2006, estabelece as principais diretrizes para o desenvolvimento ordenado do município. Ele interage com os Planos Diretores setoriais e é complementado pelas leis que tratam de uso e ocupação do solo, normas para edificações e parcelamento do solo urbano. Visto o caráter dinâmico do crescimento do município, o Plano Diretor já passou por diversas alterações desde então, tendo sido discutidas com a sociedade em fóruns, assembleias territoriais, audiência pública, nas Conferências da Cidade e no Conselho da Cidade e, continuará a ser acompanhado pela municipalidade e discutido com a sociedade visando manter-se como norteador do desenvolvimento sustentável do município.

A Aglomeração Urbana de Piracicaba foi criada pelo governo do Estado em 2012 e é composta por mais 22 municípios. No momento, o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado está sendo elaborado com a participação das prefeituras, do Estado e sociedade civil dos municípios que compõe a Aglomeração e, após sua aprovação, os planos diretores municipais deverão ser compatibilizados com as diretrizes do mesmo.

O Projeto Beira Rio, englobando as duas margens do Rio Piracicaba, entre as Pontes do Lar dos Velhinhos e do Caixão, seguirá como um dos mais importantes projetos urbanísticos visando à revitalização e valorização de espaços urbanos e sua apropriação pela população.

A preservação do Patrimônio Histórico envolverá diversas ações diretas ou indiretas do poder público, como o desenvolvimento de publicações visando à divulgação de fatos, processos e histórias do nosso patrimônio, o desenvolvimento de projetos e estudos de preservação de bens materiais e imateriais bem como a elaboração de levantamentos relativos aos bens tombados.

O desenvolvimento de estudos, pesquisas e projetos deverá promover a melhoria na qualidade de vida da população, e poderá fazer uso de tecnologia para melhorar a infraestrutura urbana e tornar a cidade mais eficiente.

Dentro da mobilidade urbana serão realizados estudos e projetos visando seu desenvolvimento, em especial com a implementação de transporte não motorizado e ações de acessibilidade.

<u>16 – HABITAÇÃO</u>

A questão urbana passa pelo resgate da urbanidade e da cidadania, por isso, continuaremos executando os planos de construção de unidades habitacionais, de reurbanização de favelas, de melhorias habitacionais de assentamentos precários, de remoção de áreas de risco e de regularização fundiária, pois essas ações devolvem ao cidadão a felicidade de ser considerado de fato um cidadão participante de sua comunidade.

Desta forma a Administração, através da EMDHAP (Empresa Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Piracicaba) acredita que com o planejamento estratégico adequado e com o cumprimento de metas poderemos ir solucionando paulatinamente essa demanda habitacional.

Devemos também realçar que o esforço prioritário da Administração Municipal deverá ser com a Habitação de Interesse Social, que atende a população de menor poder aquisitivo, e também fomentar junto à iniciativa privada empreendimentos habitacionais para todos os segmentos da população.

As parcerias com o Governo Federal e Estadual são essenciais para que todas essas ações se tornem viáveis financeiramente e executivamente.

É evidente que devemos sempre aperfeiçoar os modelos de gestão e execução existentes, nos adaptando as diretrizes do Plano Nacional de Habitação de Interesse Social, que exige:







- Um Plano Local de Interesse Social para o Município;
- Que todos os participantes do Programa Habitacional sejam colocados no Cadastro Nacional dos Beneficiários dos Programas Habitacionais de Interesse Social.

Desta forma estaremos nos capacitando a receber os recursos financeiros provenientes do FNHIS – Fundo Nacional de Habitacional de Interesse Social, através do Ministério Cidades.

Quanto ao Governo Estadual, devemos manter e ampliar os convênios com SEHAB – Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo – CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, para utilizarmos dos instrumentos legais que possibilitam o repasse de recursos financeiros para construção de habitações, das melhorias para infraestrutura e também de assessoramento jurídico e administrativo, como é o caso do Programa Cidade Legal que dará maior celeridade ao Programa de Regularização Fundiária que executamos atualmente.

Em todas as nossas atividades continuaremos com as iniciativas de preservar o meio ambiente, de manter o saneamento ambiental, de acompanhamento dos munícipes através do Serviço Social, e consequentemente proporcionar melhorar a qualidade de vida do Munícipe.

17 – SANEAMENTO

O Município de Piracicaba ocupa lugar de destaque no cenário nacional no que se refere aos índices de atendimento a população com rede coletora de esgoto e abastecida com rede de água tratada.

Com 99% da população atendida com rede coletora de esgoto, 100% com abastecimento de água tratada e 100% do esgoto coletado sendo tratado, Piracicaba ocupa a 16º posição entre as 100 maiores cidades brasileiras, conforme ranking do Instituto Trata Brasil, baseado no Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento – SNIS do ano de 2015.

Para universalizar o atendimento nestas áreas e acompanhar o crescimento de nossa cidade será necessário nos próximos anos executar as obras previstas nos Planos Diretores de Água, de Esgoto e de Controle de Perdas.

No período de 2018 a 2021 continua previsto a prestação de serviços pela empresa Águas do Mirante, vencedora da licitação da Parceria Público Privada (PPP) responsável pela execução das obras previstas nas áreas de coleta, afastamento e tratamento de esgoto, devendo efetuar também a manutenção e operação de todo o sistema de esgoto do município.

Na área de produção e distribuição de água teremos investimentos na construção e ampliação de reservatórios, estações elevatórias, estações de tratamento, rede de água e adutoras, para atender o aumento da demanda que advém do crescimento populacional e da instalação de novas indústrias e comércios. Além da realização destes investimentos teremos também que efetuar a operação e manutenção de todo nosso sistema de abastecimento de água.

É necessária também a atuação da Autarquia no combate às perdas de água apresentadas em vazamentos e perdas de faturamento. Neste sentido, o SEMAE estará dando continuidade à execução das obras e serviços previstos no Plano Diretor de Perdas, para que este índice atinja níveis adequados ainda neste período do PPA.

No que se refere à sustentação de nosso abastecimento de água e de sua qualidade, o SEMAE, com o pagamento pelo uso dos recursos hídricos em função do volume de água captada e consumida e pela carga orgânica do efluente lançado nos rios, contribui para que o Comitê das Bacias PCJ invistam em obras de melhoria da qualidade e quantidade de água de nossos mananciais. A Agência de Bacias PCJ está licitando um estudo, com os recursos da cobrança, que irá propor as obras necessárias para





Procuradoria Jurídico-administrativa

garantir o abastecimento das cidades da bacia do rio Corumbataí nos próximos anos, especialmente nos períodos de crise hídrica, como ocorreu nos anos de 2014 e 2015.

Para enfrentar todos esses desafios, além da execução de obras e serviços já mencionados, há necessidade também de promover cursos de capacitação e atualização para os funcionários, manter a frota de veículos e máquinas em condições adequadas e aperfeiçoar a estrutura administrativa e financeira do SEMAE.

Para que o saneamento básico do município continue apresentando os excelentes indicadores e atinja níveis ainda melhores, as seguintes ações serão desenvolvidas:

- Pagamento pelo uso dos recursos hídricos e contribuição ao Comitê/Consórcio PCJ;
- Pagamento à Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento ARES;
- Reserva de contingência;
- Aquisição de materiais para o Almoxarifado Central;
- Pagamento de Precatórios e Sentenças Judiciais;
- Adquirir áreas para ampliação das unidades do SEMAE;
- Efetuar os pagamentos à empresa vencedora da PPP para o esgoto Águas do Mirante
- Pagamentos das despesas com energia elétrica;
- Combater as perdas de água;
- Construir e ampliar reservatórios e estações elevatórias de água;
- Executar a extensão e reforço de rede de água e instalar novas adutoras;
- Executar a reforma e ampliação das estações de tratamento de água;
- Gastos com pensionistas;
- Gastos e benefícios com Pessoal do SEMAE;
- Pagamento ao PASEP;
- Pagamento da Dívida Contratada INSS;
- Pagamento da Dívida Contratada Saneamento para Todos (PAC);
- Pagamento de Indenização e Restituições;
- Aquisição de produtos químicos para tratamento de água;
- Manutenção dos Departamentos e demais unidades do SEMAE.
- Urbanização em comunidades conforme TAC assinado com a Promotoria Pública.

18 – GESTÃO AMBIENTAL

A Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Sedema) é a responsável pela gestão ambiental do município de Piracicaba, no que tange ao Setor Público, sendo responsável por um grande número de ações, dentre as quais podemos destacar:

- Proteção dos mananciais, através de parceiras que utilizam do Viveiro Municipal de Mudas de Piracicaba;
- Melhoria da arborização municipal e da educação ambiental incentivando a consciência preservacionista;
- Aumento do índice de áreas verdes e áreas disponíveis para lazer e práticas desportivas;
- Manejo dos espaços verdes públicos com ações de manutenção, revitalização e implantação de praças, parques e centros de lazer, verde viário, entre outros;
- Controle ambiental através da fiscalização de perturbação do sossego público, mato em terrenos particulares, empachamento de vias públicas, poluição visual, animais de grande porte em vias públicas, proteção de áreas verdes;





Procuradoria Jurídico-administrativa

- Gestão de resíduos sólidos domiciliares, dos serviços de saúde, da construção civil, vegetais, volumosos, pneus usados, pilhas, baterias e lâmpadas fluorescentes, entre outros, através do PMGIRS Piracicaba Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, com 31 Diretrizes, sendo que cada uma delas apresenta ações e metas de curto, médio e longo prazos;
- Disponibilizar informações à população quanto aos indicadores de resíduos e demais informações sobre os serviços prestados à população;
- Gestão da coleta seletiva de materiais recicláveis ;
- Implantação da Central de Tratamento de Resíduos (CTR Palmeiras), visando melhor reaproveitamento destes resíduos e minimização de aterramento;
- Administração dos 3 cemitérios públicos municipais, com a construção de lóculos verticais para resolver o esgotamento dos mesmos;
- Manutenção e melhorias no Zoológico Municipal;
- Atendimento aos serviços solicitados pela população através do SIP-156 ou por outros meios;
- Estudo e diagnóstico da emissão de GEE Gases do Efeito Estufa Municipal.

Neste contexto, a SEDEMA deverá atingir as seguintes diretrizes e metas:

- Aumentar o nível de satisfação dos contribuintes com a melhoria na qualidade e aumento da quantidade dos serviços prestados;
- Concluir a implantação Central de Tratamento de Resíduos Palmeiras visando a triagem e processamento dos resíduos sólidos domiciliares, permitindo o reaproveitamento dos resíduos e a correta destinação final dos rejeitos;
- Cumprir o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil com triagem e reciclagem dos resíduos, a instalação de mais Ecopontos para uso dos pequenos geradores (até 1 m³) e a fiscalização do sistema;
- Aperfeiçoar e cumprir o Programa de Coleta Seletiva, em parceria com a Cooperativa Reciclador Solidário, promovendo o reaproveitamento dos materiais e por consequência a preservação do meio ambiente;
- Gerenciar os serviços de limpeza pública, como coleta e transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, varrição e capinação de ruas;
- Encerrar o Aterro do Pau Queimado, recuperando a área degradada e permitindo sua constante monitoração ambiental;
- Gerenciar os serviços de coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos provenientes dos serviços de saúde;
- Ampliar o programa Cata Cacareco com a coleta e destinação final adequada dos materiais reaproveitáveis e dos inservíveis bem como contribuir para o programa de combate a dengue;
- Manter o programa de recebimento e disposição adequada de outros resíduos como pneus, pilhas, baterias e lâmpadas fluorescentes, entre outros através de ações do poder público e de parcerias com a iniciativa privada;
- Dotar, em conjunto com a Guarda Civil Municipal, o Pelotão Ambiental de condições operacionais e administrativas a fim de se obter uma fiscalização eficiente e educativa;
- Manter o programa de apreensão e destinação de animais de grande porte, soltos em vias públicas (eqüinos, bovinos, etc.), evitando a transmissão de doenças e reduzindo o número de acidentes causados por eles;
- Dar continuidade ao programa de implantação, revitalização e manutenção de espaços verdes públicos, como praças, parques, centros de lazer e verde viário, disponibilizando novos locais para o lazer e a prática de esporte e mantendo a qualidade das áreas já existentes;
- Aperfeiçoar o Programa Municipal de Arborização visando aumentar a qualidade e a quantidade de vegetação arbórea no Município, por meio da produção de mudas, plantios em áreas de domínio público, praças, parques, áreas verdes e áreas de preservação permanente,





Procuradoria Jurídico-administrativa

além do manejo adequado da vegetação existente e reaproveitamento dos resíduos provenientes do sistema;

- Ampliar a atuação do Viveiro Municipal, para atender a demanda por mudas para plantios em praças, parques, áreas verdes, calçadas e áreas de preservação permanente e degradadas;
- Elaborar, executar ou colaborar em projetos de recuperação de áreas de preservação permanente, áreas de risco ou degradadas visando a recuperação da fauna e da flora, controle de erosão e aumento da biodiversidade;
- Desenvolver programas de educação ambiental visando aumentar o grau de consciência ambiental da sociedade;
- Manter o Zoológico Municipal, de modo a privilegiar a educação ambiental e o lazer da população, além do adequado manejo dos animais do local;
- Continuar o programa de reformas e adequações dos Cemitérios Municipais, visando um melhor atendimento para a população e iniciar os estudos visando a implantação de um novo cemitério público no município;
- Dar continuidade ao convênio com o Estado que permite a realização de parte do licenciamento ambiental pelo Município ;
- Firmar convênio com o Estado para gerenciamento conjunto do Horto Florestal de Tupi;
- Estruturar e modernizar a SEDEMA com a adequação da informatização e do mobiliário, aquisição de veículos e equipamentos, além de treinamento de pessoal visando tornar os trabalhos mais ágeis e eficientes;
- Participar de programas, convênios e ações integradas, junto a órgãos oficiais municipais, estaduais e federais, ONGs e iniciativa privada visando o desenvolvimento de ações que reflitam na melhoria da qualidade de vida da população e na melhoria do meio ambiente.

20 - AGRICULTURA

O município de Piracicaba, em relação à sua extensão territorial, está classificado em 19º lugar dentro do Estado de São Paulo. São aproximadamente 120 mil hectares de área rural e uma malha viária de aproximadamente 2.500 km, o que torna o serviço de manutenção extremamente difícil e trabalhoso.

São diversos os tipos de solos existentes no município, porém uma grande parte é constituída por solos arenosos, que apresentam maiores dificuldades quanto à perenização das estradas, obrigando o uso de material de base bastante diversificado. Além disso, as distâncias de até 60 km de área urbana até as divisas do município encarecem sobremaneira os custos dos trabalhos e fazem com que a quantidade e qualidade dos caminhões e máquinas utilizados na manutenção sejam grandes.

A Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SEMA) utiliza anualmente entre 100 e 120 mil metros cúbicos de material base no leito das estradas, oferecendo condições seguras para o transporte de mais de seis milhões de toneladas de cana-de-açúcar, além de toda uma gama de produtos agrícolas aqui produzidos ou que por aqui circulam.

O município também apresenta grande produção de laranja, milho, eucalipto, hortaliças e legumes, gado de corte, gado leiteiro, confinamento de gado, granjas com frangos de corte, calcário, areia de construção, enfim, uma diversificação agropastoril de grande porte, que faz de Piracicaba um grande centro de produção.

Só o nosso sistema de comercialização de hortifrutigranjeiros (Varejões, Feiras Livres, Unidade Volante de Abastecimento e Mercado Municipal), totaliza 34 pontos de comercialização distribuídos por toda a área urbana, comercializa 1.000 toneladas ao mês de produtos hortifrutigranjeiros, abastecendo pelo menos 2/3 da população de Piracicaba. Esse sistema de comercialização aproxima também o produtor e o consumidor, o que faz com que os alimentos sejam entregues mais





Procuradoria Jurídico-administrativa

rapidamente, com maior frescor e com preços em média 30% abaixo da iniciativa privada no município.

O nosso objetivo é oferecer, cada vez mais, melhores condições aos produtores rurais, em todos os sentidos, mas principalmente na segurança do ir e vir de todo dia, a qualquer hora e com qualquer tempo. Também são oferecidos cursos, palestras e eventos, incentivando e promovendo a capacitação dos produtores, visando à diversificação da produção agropecuária, a formação de agroindústrias, o associativismo e cooperativismo. Além disso, os produtores contam com assistência e orientações técnicas, além dos serviços da Patrulha Agrícola e orientação e doação de mudas para recomposição de Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL). Encontra-se também implantado o Serviço de Inspeção Municipal (SIM).

Criamos o Comitê de Estradas Rurais: composto pela Prefeitura do Município de Piracicaba, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento e empresas que mais utilizam as estradas rurais para escoamento de sua produção; seu objetivo é buscar solucionar os inúmeros problemas causados pelo tráfego intenso de veículos, como o desgaste das estradas municipais e a poeira. Temos a Operação tapa-buraco nas estradas rurais asfaltadas com material e mão de obra própria e buscamos a fresa de asfalto para inclusão como material de perenização das estradas rurais, visto sua aplicabilidade nas mesmas.

Finalmente, o compromisso da SEMA é assegurar a infraestrutura necessária para que o homem do campo possa viver em sua propriedade rural de maneira segura, gerando emprego e renda para o município e usufruindo de uma qualidade de vida cada vez melhor.

22 – INDÚSTRIA

Buscando o desenvolvimento econômico sustentável, a Secretaria Municipal de Governo e Desenvolvimento Econômico pretende com ações que serão fundamentalmente executadas por meio de projetos e parcerias entre os Poderes Públicos Municipais, Estadual, Federal e a Sociedade Civil, buscar e viabilizar o desenvolvimento econômico de Piracicaba e região. Neste sentido, busca a Implantação de um Novo Distrito Industrial, atraindo novas empresas, gerando emprego e renda para o município.

Gestão do atual Aeroporto Municipal, contribuindo para melhorar a qualidade dos serviços de negócios, impulsionando a economia local.

A consolidação do Parque Tecnológico, objetivando criar condições para o desenvolvimento tecnológico, com sustentabilidade, incentivando a pesquisa e inovação, promover a informação tecnológica, criar ambiente de alta qualidade para as atividades de pesquisa e desenvolvimento de produtos competitivos no mercado global e estimulo de centros de pesquisa.

23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS

As ações apresentadas no plano plurianual 2018-2021 definem a orientação estratégica, metas e prioridades no mercado do turismo para o período de quatro anos de gestão pública.

Para dimensionar estes dados e a reorganização da Secretaria e seus diferentes departamentos e setores, organizamos e sistematizamos programas de curto, médio e longo prazo, em dois segmentos: eventos e turismo.

Serão dinamizadas as ações voltadas para o planejamento, organização e apoio para o desenvolvimento e/ou realização de Eventos, Feiras, Festivais, Concursos Turísticos e Festas Populares, com estratégia de crescimento a curto, médio e longo prazo. É fundamental acompanhar o





Procuradoria Jurídico-administrativa

progresso, pois o lazer é necessidade básica do cidadão junto ao desenvolvimento do município, por isso apoiamos os eventos tradicionais da cidade, promovendo a integração popular que visa a qualidade de vida.

Os eventos turísticos vêm tomando proporções organizacionais e, com isso, trazendo demanda diferenciada para a cidade de Piracicaba. A proposta é apoiar esses eventos, preservando a cultura local, além de criar uma oportunidade de emprego e renda junto ao turismo para comunidades, principalmente as rurais.

Eventos tradicionais como a Festa Peixe e da Cachaça e o projeto Luz e Arte estão dimensionados para o desenvolvimento de acordo com o plano estratégico de melhorias para estes quatro anos.

Na gestão e planejamento do turismo, serão mantidos os projetos implantados como o turismo de negócio e o planejamento de estruturas de receptivo turístico local.

- Manter o sistema de receptivo turístico em equipamentos e a gestão em estruturas específicas, como: Trenzinho, Alto do Mirante, Pedalinho e Quiosques Turísticos;
- Promover cursos, workshops e festivais para orientação e organização do turismo gastronômico e do turismo rural.

Muitas ações serão desenvolvidas em interação com vários órgãos públicos de todas as esferas, entidades e empresas da área privada, o que viabiliza a promoção do turismo, inclusive o de negócio.

26 - TRANSPORTE

A Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes busca melhorias constantes para diminuir acidentes nas vias e proporcionar fluidez no trânsito, bem como, assegurar um serviço de qualidade no transporte coletivo.

Todas as ações propostas atendem ao Plano Diretor de Mobilidade Urbana, instituído pela lei complementar 187/2006.

Entre 2014 e 2017 avançamos com as obras de implantação dos corredores de ônibus e outras diversas obras viárias elencadas no plano de mobilidade acima citado.

Para o próximo período, continuaremos a investir na modernização dos sistemas, implantando intervenções e melhorias no sistema viário e também no sistema de transporte publico da cidade, conforme propostas abaixo apresentadas.

• Central Semafórica

É um sistema que permite gerenciar e sincronizar semáforos no munícipio de forma eficiente, simples e segura, utilizando as mais recentes tecnologias para controlar e configurar cada semáforo, sua expansão melhora muito o fluxo de tráfego através da redução dos efeitos indesejáveis gerados pelo tráfego de veículos. Permite saber a qualquer momento o funcionamento de cada semáforo. Se detectar um problema, comunica o responsável pela manutenção técnica, além disso, permite que altere as configurações como horários de pico, fins de semana, dias da semana e muito mais.

O sistema reduz significativamente o congestionamento e diminui o custo de manutenção, pois possibilita que semáforos apagados ou em amarelo intermitente sejam detectados de forma automática, sem a necessidade de aviso pela população, agentes de trânsito ou órgãos de imprensa, assim, a manutenção é agilizada, podendo, inclusive, algumas falhas serem reparadas remotamente.

Para melhor funcionamento da central semafórica serão feitos investimentos em câmeras para monitoramento em locais de maior fluxo de veículos





Procuradoria Jurídico-administrativa

A implantação destes equipamentos tem como objetivo agilizar as decisões e melhor controle das

• "No Breaks" em semáforos

ações, além de servir para contagem volumétrica de veículos.

A instalação dos equipamentos nos cruzamentos semafóricos visa garantir o funcionamento dos semáforos sempre que houver falha no fornecimento de energia pela concessionária, aumentando a segurança nos cruzamentos até a chegada dos agentes de trânsito ao local ou até o pleno restabelecimento do fornecimento de energia elétrica; Quando da falta de energia em semáforos sem Nobreak, aumenta o risco de causar acidentes, os motoristas reduzem a velocidade, o que causa congestionamentos. O equipamento tem uma autonomia entre duas e quatro horas, possibilitando o funcionamento normal do semáforo neste período.

Fiscalização de Trânsito

No trânsito, a qualidade de vida está diretamente ligada a existência de vias seguras para motoristas, ciclistas e pedestres. A instalação de equipamentos que fiscalizam a velocidade dos veículos, o respeito à faixa de pedestre e ao semáforo, auxilia os órgãos de trânsito no cumprimento das normas de segurança de trânsito definidas pela lei, através da aplicação de tecnologia moderna de informática e eletrônica. Contribui de maneira efetiva na modificação do comportamento dos usuários do sistema viário e, de forma direta, do condutor infrator, por meio de imposição de sanções, proporcionando a eficácia da norma jurídica.

• Sinalização nas Vias Públicas

Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição: implantar, manter e operar o sistema de sinalização. O Código de Trânsito Brasileiro define sinalização de trânsito como sendo um conjunto de sinais de trânsito e dispositivos de segurança colocados na via pública com o objetivo de garantir sua utilização adequada, possibilitando melhor fluidez no trânsito e maior segurança dos veículos e pedestres que nela circulam. A conservação das sinalizações garante a segurança e estética urbana.

• Corredores preferenciais de ônibus do transporte público

Com a expansão urbana, assim como ocorre em outros municípios de igual ou maior porte, os núcleos residenciais estão cada vez mais distantes dos locais de interesse da população. Surgindo com isso a necessidade de ofertar um serviço que melhor atenda esta população nas questões de mobilidade urbana através do transporte coletivo.

Com a crescente ocupação das vias pelo transporte individual, o transporte coletivo a cada dia que passa vem sofrendo sérios problemas quanto à regularidade dos horários. Com isso, o cidadão que se utiliza deste meio de transporte, está sendo o mais prejudicado.

Para atenuar estes problemas, estão sendo implantados corredores preferenciais de ônibus para o transporte público. Priorizando transporte coletivo no uso da via publica.

Esta ação deixa claro que o poder público tem por objetivo na área de mobilidade urbana, a priorização do transporte coletivo.

Resumidamente, os principais objetivos dos corredores preferenciais são:

- Redução do tempo de viagem das linhas que trafegam por estes corredores;
- Incentivar o uso do transporte coletivo aos atuais e aos futuros usuários;
- Redução do impacto negativo da poluição ambiental, em decorrência da melhor fluidez dos ônibus nestas vias, proporcionada tanto pela preferencia como piso com melhor qualidade;
- Induzir a utilização deste meio de transporte aos usuários do transporte individual;





Procuradoria Jurídico-administrativa

- Contribuir para um menor custo operacional e com isso um menor valor da tarifa paga pelo usuário;
- Melhorar as condições de acessibilidade aos usuários como um todo, e principalmente aos portadores de necessidades especiais;
- Melhores condições de acomodação dos usuários proporcionada através de instalação de novos e modernos abrigos;

• Modernização dos terminais de ônibus urbano

Nas décadas passadas, os terminais de ônibus urbano foram um marco decisivo na integração das linhas do transporte coletivo urbano e rural.

Com o advento dos terminais, possibilitou à população a transferência de uma ou mais linhas com o pagamento de apenas uma tarifa, desde seu ponto de origem ao de destino, em um ambiente com infraestrutura e ótimas condições de segurança.

Nosso município adotou tanto a integração eletrônica, com o uso do cartão, como a integração física. A integração física se dá nos seis terminais de ônibus urbano, que contam com toda infraestrutura necessária para garantir a segurança e o conforto das pessoas que fazem uso deste meio de transporte público.

A modernização destes terminais visa atender ainda melhor as necessidades desta população. Proporcionando um ambiente em excelentes condições de uso e atendendo as novas normas de acessibilidade.

Possibilitar a integração entre o modal bicicleta ônibus será uma das inovações a serem realizadas com a construção de para-ciclos junto aos terminais.

Estaremos também, ampliando a capacidade de parada interna de ônibus, possibilitando a ampliação de linhas em bairros onde está havendo ampliação da demanda residencial.

As melhorias nos terminais incluem também melhores acomodações tanto aos operadores como para usuários.

• Centro de Controle Operacional – CCO

O Transporte Coletivo será monitorado através do Centro de Controle Operacional – CCO, pelo órgão gestor, que é o poder publico, fiscalizando, e garantindo uma melhor qualidade da prestação deste importante serviço a nossa população.

O acompanhamento em tempo real permitirá interferir junto aos operadores, em casos de catástrofes ou outros incidentes que venham a ocorrer nas vias. Alterando o trajeto e conduzindo com segurança os passageiros.

Esta central estará sendo implantada com os mais avançados recursos tecnológicos disponíveis, no que se diz respeito tanto aos equipamentos embarcados como os de monitoramento e controle.

Haverá também comunicação em tempo real entre os técnicos desta central com os fiscais e agentes em operação nas vias.

Estas ações contribuirão para proporcionar um transporte de ainda mais qualidade.

27 - DESPORTE E LAZER

As práticas esportivas e as atividades voltadas ao lazer e as atividades motoras, devem ser compreendidas como um direito de todos e estimuladas pelo poder público em todas as suas





Procuradoria Jurídico-administrativa

manifestações e modalidades. É dentro desses princípios que o atual governo municipal planejou suas atividades na área, preocupado em ampliar, crescentemente, a participação dos piracicabanos em atividades esportivas, de lazer e de atividades motoras, tanto em esportes tradicionais e contemporâneos, atividades recreativas e de lazer, ginásticas e outras manifestações corporais, sempre embasadas no movimento humano e que possam ser oferecidas aos vários segmentos da população.

Em participação deve atingir todas as classes sociais, faixas etárias e segmentos específicos (crianças, adolescentes, jovens, mulheres, pessoas com deficiência, pessoas que necessitam de cuidados especiais, da terceira idade e idosos).

Todas as iniciativas devem facilitar o acesso da população aos equipamentos esportivos e de lazer dos bairros, conciliando a adequação das estruturas existentes com a implantação de novos equipamentos como a construção de ginásios esportivos e multidisciplinares, centros esportivos varzianos, centros de lazer, quadras poliesportivas, coberturas de quadras, piscinas públicas, campo de futebol, campos de areia, academia ao ar livre, pistas de skate, canchas de bocha e de malha, ciclovias de lazer, locais com infraestrutura para caminhadas implantação de centro de iniciação ao esporte, implantar programas de esportes, lazer, cultura para capacitação para adolescentes, manifestações corporais, entre outras.

Seguindo essa linha de ação e perseguindo esses objetivos, a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras, em sintonia e parceria com as demais secretarias afins, apresenta as seguintes diretrizes para os próximos quatro anos:

- Estabelecer c/ou manter as parcerias atuais com os conselhos e grupos de apoio organizados como o Conselam, a Acesep, a Oscip Pira 21, o Panathlon Club Piracicaba, associações/clubes e ligas piracicabanas das diversas modalidades esportivas, universidades e faculdades, escolas públicas e particulares, Diretoria de Ensino, demais conselhos municipais, Sistema "S" (Sesc, Sesi e Sest), sindicatos, fundações, academias, centros comunitários, clubes esportivos, empresas patrocinadoras e todas as demais associações e organizações relacionadas a esta temática, sempre buscando apoio para o bom desempenho e desenvolvimento das modalidades e dos programas já existentes e dos que venham a ser criados;
- Incrementar e estabelecer parcerias com empresas privadas que se interessem em patrocinar projetos e as equipes de diversos esportes de competições regionais e estaduais;
- Apoiar institucionalmente agentes e lideranças comunitárias, que surgem espontaneamente e
 que podem atuar como pontos de apoio, ligação e fontes de confiabilidade no desenrolar dos
 trabalhos junto à população dos diversos bairros;
- Interagir com as ligas, federações e confederações desportivas e órgãos governamentais, por meio de parcerias, fomento, contribuição, intercâmbios e realização de eventos;
- Manter e desenvolver novas atividades em conjunto com as demais secretarias e órgãos, públicos municipais, estaduais e federal, otimizando os recursos e integrando os trabalhos existentes e a serem implantados, visando oferecer aos cidadãos condições adequadas de saúde e uma melhor qualidade de vida em todos seus aspectos;
- Estimular o estabelecimento de parcerias que permitam a utilização das estruturas escolares e clubes sociais do município, entre outras;
- Realização do Calendário Esportivo, de Lazer e Atividades Motoras, dando ênfase a uma programação anual diversificada em todo o Município (Jogos Estudantis), Infantis, Jogos Regionais e Abertos do Interior, Jogos Regionais e Estadual do Idoso, Jogos da Juventude, Jogos Comunitários, Olimpíadas Especiais e da Terceira Idade, Interpira (jogos universitários), OEESP (Olimpíadas Escolares do Estado de SP), torneios em todas as modalidades esportivas, entre outros;





Procuradoria Jurídico-administrativa

Continuação, ampliação e qualificação dos programas tradicionais já existentes na Selam, dentre outros os quais destacamos:

- Projeto Desporto de Base PDB
- Programa de Atividades Motoras PAM
- Programa de Apoio a Realização de Eventos Esportivos, de Lazer e Atividades Motoras;
- Atividades Motoras para pessoas que necessitam de Cuidados Especiais;
- Lazer no Parque;
- Ocupação, reforma, construção e animação de instalações esportivas e de lazer;
- Projeto Férias
- Projeto Clarear e Paradesporto;
- Programa da Terceira Idade
- Jogos Comunitários;
- Esporte de Rendimento;
- Projeto Encontros Esportivos;

Assim, diante do exposto e da grande importância do Plano Plurianual do período de 2018 a 2021 na Administração do Município de Piracicaba, é que apresentamos o presente Projeto de Lei, contando com o beneplácito dos Nobres Vereadores para sua aprovação por UNANIMIDADE!

Piracicaba, 30 de maio de 2017.

BARJAS NEGRI Prefeito Municipal